

O ônus eleitoral de ficar sempre ao lado dos bandidos

Os pecados históricos da esquerda e de Lula na segurança pública abrem um rombo no casco do campanha de reeleição

Por Cláudio Magnavita*

■ O PT e o estado do Rio é igual água e azeite. Não se misturam e não dão liga. O que assistimos agora, com a postura do Governo Federal diante da maior operação policial para combater o crime organizado, desafia qualquer lógica e o bom senso. Com três anos de Governo Lula, nada foi feito pelo estado e na área de segurança a omissão foi maior ainda.

■ Depois de enxugar gelo e de esperar algo de concreto do Governo Lula, o governo de Cláudio Castro montou uma operação solo, baseada em muito estudo e inteligência. Com contenção de riscos e protegendo a população. Foi a maior mobilização de efetivo já realizada na história do país, com dois mil e quinhentos homens. Tudo feito a sete chaves, de forma modular para que não houvesse vazamento. Só a cúpula tinha todas as peças. O convite para a Polícia Federal foi feito e meses antes houve o pedido formal de blindados. A PF considerou, através do seu superintendente regional, que não deveria participar e os blindados negados sob alegação que seria necessário a decretação de GLO.

■ A operação batizada de Contenção foi realizada para cumprir quase duas centenas de mandados judiciais, parte deles oriundos da justiça do Pará, estado que vai sediar, nos próximos dias, a COP 30. Ninguém percebeu ainda que a justiça paraense, a pedido da Polícia do Governador Helder Barbalho, o anfitrião da COP, estava atrás dos seus bandidos. Marginais de todo o Brasil aproveitaram o guarda-chuva da ADPF 635, do Ministro Edson Fachin, que hoje preside a corte, para se instalar no território livre das facções. Uma espécie de STF Tour, que trouxe para este paraíso Legal, bandidos do Ceará, Bahia, do Pará, muitos deles construindo verdadeiros Hotéis 5 estrelas, com direito a jacuzzi, saunas e solarium. Afir-



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Divulgação/Governo do Rio



Após reunião, governadores durante coletiva de imprensa no Palácio Guanabara

nal, a Polícia estava impedida de operar sem aviso prévio e sem autorização prévia. As forças de segurança do Rio ficaram de mãos atadas e até o uso de aeronaves de asa móveis, helicópteros, foi proibido. Como lembrou o governador Cláudio Castro, durante uma palestra em São Paulo sobre segurança, no último dia 25, nunca ninguém tinha sido abatido por tiros da Polícia do Rio nos últimos anos. Uma medida para proteger as comunidades, as mesmas que negociaram com o PSOL na Maré e que teve petição ao STF assinada pela legenda em conjunto com a Defensoria Pública do estado do Rio, com o logo dos dois no mesmo papel timbrado. Feito denunciado pela coluna MAGNAVITA do Correio da Manhã.

■ Além de transformar o Rio em paraíso para as facções, o guarda-chuva criado pela ADPF do Supremo contou com os lavas-mãos do Governo Federal, com fatos inusitados envolvendo o Ministério da Justiça e da Defesa. Quem não se lembra da visita do ex-ministro da Justiça e hoje ministro do STF, Flávio Dino, à associação de uma favela no Rio, sem nenhum esquema de segurança? Quem não se lembra da nomeação de um afilhado do ex-deputado Marcelo Freixo nomeado para ser superintendente da Polícia Federal no Rio, que no seu discurso de posse resolveu ameaçar os políticos fluminenses, criminalizando a política?

■ O uso da inteligência pelas forças de segurança do Rio na operação Conten-

ção focou na rota de fuga dos bandidos do Alemão na parte alta da floresta, no morro. Uma área desabitada e que foi ocupada na surdina pelas forças policiais. O resultado foi o esperado. Uma debandada geral e os conflitos transferidos da área residencial para a desabitada. O conflito foi bandido x polícia. Mais de uma centena de fuzis apreendidos. A conta é simples: se haviam mais de 100 fuzis, haviam mais de 100 portadores das armas.

■ A proteção que o Comando Vermelho encontrou no Rio, com o manto protetor da assistência social, direitos humanos, PSOL, Defensoria Pública e parlamentares que aceitam a convivência com a bandidagem, levou a uma proliferação de efetivos das facções, impulsivadas pelas diferentes receitas obtidas que vão do gatinet, a venda de gelo, água não mineral em garrafas, gás e construção de imóveis.

■ Um policial quando sai de casa para uma operação como esta, não sabe se volta. Os quatro heróis abatidos pelos bandidos deram o seu sangue para dar um basta colossal ao enclave das facções em território carioca e que migrou para Angra dos Reis, Região Serrana e outros centros urbanos fluminenses.

■ A sociedade aplaudiu a operação não pelas mortes de portadores de fuzis. Aplaudiu o sonoro basta dado a um governo federal omisso e tolerante. Quem fez isso tem o direito constitucional de

agir, cabe ao Governo Estadual o comando da Polícia Civil, Militar e Penal, algo que o ministro Ricardo Lewandowski quer usurpar. Polícia pode morrer e bandido não? Se a tropa especializada não tivesse reagido e houvesse treinamento, quantos outros membros da força de segurança teriam sido abatidos.

■ A crise chegou em um momento no qual o PT do Rio está rachado. Com as suas maiores estrelas se imolando em público no dia do aniversário do presidente Lula.

■ Chega em um momento no qual o presidente estava no exterior muito mais preocupado com a invasão da Venezuela do que a violência urbana no Rio.

■ Foi essa da esquerda adulando as facções que fez a direita crescer. Foi essa insistência de desarmar a população de bem que fez a direita protestar. Nas últimas semanas, assistimos uma curiosa inversão de papéis. Uma tentativa de misturar quem denunciava os tentáculos do PCC no setor de combustíveis, como se fizesse parte do mesmo lado. Uma entrevista na Folha de São Paulo deixou bem clara esta diferença. Este assunto virou uma agenda do governo federal, misturando, intencionalmente, assuntos. Estarão a serviço de quem?

■ Foi muito estranho as declarações do ministro Fernando Haddad e, logo depois, da ministra Gleisi Hoffmann de forma sincronizada acusando o Governo do Rio de não ser duro com a área de combustíveis. Parecia ameaças e citava até navios que foram apreendidos no porto do Rio.

■ No setor de combustíveis não há santo. Alguns estão no lado que brigam com impostos e outros com lavagem de dinheiro para facções criminosas. No caso do PCC, é só mapear quem acusa e quem efetivamente faz pacto com as facções.

■ Há um grupo do Combustível Legal na qual fincaram bandeiras como a Cosan (Shell), Ipiranga e Vibra, que querem o mercado do Rio há anos. Eles são os mais beneficiados em empastelar todos os diferentes atores no rótulo do PCC. Curioso é dois ministros abraçando a desinformação.

■ Grave é saber a resposta em qual a gestão da Prefeitura o PCC cresceu em São Paulo com a concessão de empresas de ônibus que teve como vencedora a TransWolff. Um filão que levou a facção ampliar seus negócios na área de combustível, já que nenhum ônibus era elétrico.

■ Ganha um Kibe da Jaber, deliciosa casa libanesa paulistana, quem responder que foi exatamente na gestão de Fernando Haddad na prefeitura de São Paulo. Como seria injusto para o ministro se alguém associasse politicamente esta conexão histórica com concessões de ônibus de São Paulo com favorecimento conscientes ao PCC? Uma lamentável coincidência com enorme poder explosivo.

■ As ameaças ao governo do Rio não param. Em plena crise de segurança, o TSE marca para o próximo dia 04 de novembro o julgamento que pode cassar o mandato do governador e do presidente da Alerj, simultaneamente. Será mais um presente para as facções que estão acuadas no Rio. Será que foi mais uma coincidência?

■ A esquerda está acuada com a demonstração de força de um governador que não faz base da sua base aliada. Apesar de moderado, ele faz parte do PL. As múltiplas reações do Planalto levaram os governadores a se unirem na agenda de segurança. Se Lula se sentia renascido das cinzas com abdução da agenda nacionalista, agora ele ve um rombo no casco do seu navio, em um setor no qual a esquerda fica nas cordas e vem cometendo, ao longo dos anos, inúmeros pecados. O PT, o PSOL e o próprio Lula são agora vítimas dos seus erros históricos e da falta de inteligência quando o assunto é segurança.

*Diretor de Redação do Correio da Manhã

Fernando Molica

O crime e as PPPs com o Estado

As organizações criminosas não teriam acumulado tanto poder se, ao longo das décadas, não tivessem constituído PPPs — Parcerias Público-Privadas — com setores importantes do Estado (com maiúscula, para remeter a diversas instâncias).

Não é razoável que, sem uma rede de apoio incrustada na máquina estatal, organizações nascidas na pobreza de favelas, cortiços e presídios, formadas majoritariamente por pessoas pobres, de baixa instrução, conseguissem dominar vastos territórios de cidades como o Rio, importar armas e implantar uma logística que lhes garantisse fornecimento regular de drogas e de munição.

Basta olhar os perfis dos integrantes dessas organizações. São, quase todos, incapazes de sobreviver sem a rede de apoio criadas em áreas pobres das cidades, sequer saberiam como pegar um ônibus que os levasse ao Paraguai, país que, antes da liberação do comércio feita por Jair Bolsonaro, era referência no fornecimento de armas para quadrilhas.

Procure lembrar das muitas imagens de presos acusados de tráfico de drogas em favelas do Rio, aqueles homens muitas vezes descalços, de chinelos de dedo: alguém é capaz de achar que um deles seria capaz de pegar um avião e ir pra Miami (ou Caracas, ou Bogotá) para discutir fornecimento de drogas?

Com as exceções de sempre — olha a meritocracia aí, gente —, eles nunca precisaram viajar para obter os instrumentos necessários às suas atividades criminosas, tudo sempre chegou às suas mãos, muitas vezes, em carros de corporações policiais encarregadas de combatê-los. Assim chegaram até armas usadas também para matar policiais.

Varejistas das drogas, eles, em tese, nem poderiam ser chamados de traficantes; não praticavam o tráfico em si, não importavam grandes quantidades de maconha e cocaína, apenas atuavam na ponta do negócio, como camelôs de mercadorias ilegais.

Longe de tentar negar que praticuem crimes terríveis, a atuação nesse tipo de comércio requer armas, uso e abuso de violência, matar é praticamente uma obrigação. O que não dá para achar é que os chamados bandidos pés-de-chinelo seriam capazes de, sem as PPPs, conseguirem montar a estrutura de que dispõem hoje.

Formadas majoritariamente por homens e mulheres vindos de universidades, pessoas capazes de dissertarem horas sobre teorias revolucionárias, as organizações de esquerda que tentaram implantar processos guerrilheiros durante a ditadura não chegaram a dominar um metro quadrado do território nacional. A guerrilha do Araguaia não passou de uma ten-

tativa que seria sufocada pelo Exército e seus torturadores.

Como, então, os criminosos que atuam no país seriam capazes de dominar tantas áreas sem que houvesse diferentes graus de parceria com agentes estatais? Uma associação que, de tempos para cá, vai muito além da corrupção policial. Outro dia, um deputado fluminense foi preso, acusado de ser o grande fornecedor de armas do CV. A recente operação que apontou para o braço empresarial do PCC, revelou o comprometimento que há por trás daquelas coletes da Faria Lima.

Como imaginar que boa parte da política brasileira — ancorada, muitas vezes, em lideranças que controlam territórios eleitorais — não teria alianças com o que o Rio aprendeu a chamar de donos de determinados locais? Nem é preciso seguir o dinheiro, basta prestar atenção à trilha dos votos que são despejados em áreas dominadas por traficantes e/ou milicianos (as joint ventures entre eles andam bombando). Há políticos que podem e os que não podem fazer campanha em áreas de circulação restrita — como diria Leonel Brizola, algo há.

Vale insistir que não pode negar o crime que é praticado por aí, mas não dá para achar que tanto poder cresceu sem ajuda importante. Como boa parte da elite nacional, os traficantes não sabem viver sem o Estado.

Tales Faria

A Nau dos Insensatos

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou, na quinta-feira (30), o chamado “trânsito em julgado” da condenação da deputada Carla Zambelli (PL-SP) por ter perseguido em São Paulo, de arma em punho, um jornalista em 2022. Com o trânsito em julgado, Zambelli, que fugiu para a Itália e está presa naquele país, já poderá ser conduzida a presídio para cumprir sua pena, assim que retornar ao Brasil.

A deputada é mais uma do grupo de insensatos, próximos ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que se negavam a desembocar da nau do poder. Além dela e do próprio Bolsonaro, outros passageiros da embarcação já foram engolidos pelas ondas do Estado de Direito do regime democrático.

O grupo atropelado pelo destino já tem os generais Braga Netto, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Oliveira e Mario Fernandes, assim como o almirante Almir Garnier, o tenente-coronel Mauro Cid, o deputado Alexandre Ramagem, o ex-ministro Anderson Torres, os ex-deputados Daniel Silveira e Roberto Jefferson e o ex-assessor da Presidência Filipe Martins. Outros serão revelados.

Mauro Cid teve uma carreira brilhante no Exército até se tornar ajudante de ordens de Bolsonaro e aderir ao golpe. Ganhou o direito à menor pena do

chamado “núcleo crucial” por aceitar delatar o esquema. Mas está com a carreira destruída.

Braga Netto é outro que vinha de uma carreira brilhante no Exército. Chegou a atuar como interventor na Segurança Pública do Rio de Janeiro. Mas, como ministro da Casa Civil, entrou de cabeça na tentativa de golpe de Estado. Agora está condenado e preso.

Augusto Heleno, também condenado, era um general respeitado na caserna, apesar do período em que atuou como assessor de Silvio Faria, outro general golpista, na ditadura militar.

O Almirante Almir Garnier também jogou a carreira pela janela. Está condenado por se colocar à disposição de Bolsonaro para o golpe na frente de outros comandantes militares.

Paulo Sérgio de Oliveira, outro condenado, nada tinha contra ele até assumir como comandante do Exército. Designado ministro da Defesa, Paulo Sérgio enviou ao TSE, a mando de Bolsonaro, documento em que forçou “relevante risco” nas urnas de votação.

O general Mario Fernandes era o número dois da Secretaria Geral da Presidência. Está preso preventivamente, mas ainda não foi julgado. Confessou ser o autor do plano “Punhal Verde-Amarelo”, que propunha o assassinato do presidente Luiz

Inácio Lula da Silva, do vice, Geraldo Alckmin, e do ministro do STF Alexandre de Moraes.

Também por ter estado sempre à disposição para o golpe de Estado, jogaram pela janela suas exitosas carreiras de delegados o ex-ministro da Justiça Anderson Torres e o deputado Alexandre Ramagem. Ambos condenados no processo do golpe.

Outro com carreira que parecia ter futuro garantido, talvez até como um guru da direita, é o analista político Filipe Martins, arrolado pelo STF no “núcleo 2” dos golpistas como autor da chamada Minuta do Golpe. Está obrigado a usar tornozeleira eletrônica até que a Corte decida seu destino.

Destino pior só o do ex-deputado Roberto Jefferson, um dos primeiros a embarcar na nau dos insensatos. Recebeu à bala policiais federais em sua casa. Agora circulam rumores de que estaria na prisão sem controle de suas faculdades mentais.

Essas histórias lembram aquele poema de “As Mil e Uma Noites”:

“Eles julgaram a seu modo/E se acumpliciaram nesse trabalho/Dentro em pouco, seu poder parecerá que/nunca existiu/Poderiam ter permanecido justos e puros/mas abusaram do poder/e o mundo por seu turno os oprimiu/assim como a adversidade e a provação./Ei-los vivendo na miséria.”